

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

A CONSOLIDAÇÃO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: NOTAS INTRODUTÓRIAS

MARIANA GUIMARÃES DE AZEVEDO¹

RESUMO

Objetivou-se apresentar análises iniciais acerca da atuação da Burguesia Agrária, por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária, frente à consolidação do poder político e econômico do agronegócio brasileiro, lastreado em sua formação sócio-histórica, consolidação enquanto grupo hegemônico, bem como influência e formação de lobby no legislativo nacional.

Palavras-Chave: Agronegócio, Bancada Ruralista, Agricultura Capitalista

ABSTRACT

The objective was to present initial analyzes about the actions of the Agrarian Bourgeoisie, through the Agricultural Parliamentary Front, in the face of the consolidation of the political and economic power of Brazilian agribusiness, based on its socio-historical formation, consolidation as a hegemonic group, as well as influence and lobby formation in the national legislature.

Keywords: Agribusiness, Ruralist Bench, Capitalist Agriculture

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1. INTRODUÇÃO

Enquanto país essencialmente agrícola, o Brasil, vem recebendo há muito tempo os méritos pela sua capacidade de produção, tornando-se o segundo maior exportador de alimentos do globo². Essa realidade se originou e consolidou a partir da herança colonialista agroexportadora que atua, até os dias atuais, nas relações capitalistas no campo, bem como a política fundiária, como medida para manutenção deste *status quo*, e como esta esteve diretamente vinculada ao processo de desenvolvimento econômico nacional.

Esse desenvolvimento econômico, vinculado à herança colonialista, foi influenciado nos modos de produção europeu e americano, baseando-se na produção de commodities na monocultura, no latifúndio e na mão-de-obra-escrava. Isto posto, a forma de concentração de renda durante o processo de colonização brasileira influenciou diretamente no favorecimento das grandes propriedades agrícolas, e, por conseguinte, com ajuda do Estado nas condições favoráveis para a criação e manutenção das empresas capitalistas do agronegócio.

É certo afirmar que a divisão da sociedade em classes antagônicas é uma característica própria da sociedade capitalista, e a manutenção dessa forma de organização societária tem se baseado, sobretudo, em articulações e subsídios capazes de garantir a hegemonia da classe dominante - no estágio atual, a burguesia. No campo não tem sido diferente, a terra passou de bem natural a instrumento de poder político e econômico, e os incentivos destinados aos ruralistas têm permitido não só o seu massivo desenvolvimento, como também possibilidade de influência direta na política fundiária brasileira.

Dessa forma, partindo de tais condições favoráveis, foi possível a consolidação e crescimento do agronegócio em solo nacional, sobretudo no ramo de exportações internacionais, tornando-se campo propício para investimentos diversos. Todavia, esta realidade não se deu sozinha, para tanto foi preciso a construção de bases políticas, ideológicas e econômicas que garantisse tal resultado. Assim, o cenário político se moldou com características próprias de fortalecimento e disputa de ideais, sobretudo vinculados ao agronegócio, seja personificados nos próprios políticos, ou ainda por meio de influência nas “decisões políticas devido ao poder historicamente conferido às elites agrárias”. (Moizés, 2021, p.19)

A exemplo das influências no meio político temos, mediante os aspectos de formação sociopolítica e econômica brasileira, na década de 1980, a origem da União Democrática Ruralista

² Fonte retirada do site 10mais.org

(UDR) com intuito de lutar pela manutenção da propriedade privada e fortalecimento de seus ideais. Este grupo, veio ao longo dos anos ganhando legitimidade e força em sua luta, sendo transformada em 2008 em Frente Parlamentar Mista da Agropecuária com atuações até os dias atuais.

O objetivo da Frente tem sido o de tensionar os processos de tomada de decisão política, tentando influenciar a formulação das políticas públicas do país e garantir os interesses da classe hegemônica e manutenção do *status quo*. Para tanto, esta entidade se articula em processo de Lobby, capaz de condicionar a aprovação ou não de projetos e programas que sejam dissidentes de seus ideais.

Para Graciano (2018) a Frente tem exercido papel de gerenciador dos interesses majoritários dos ruralistas no Parlamento brasileiro, sendo definida como a mais concisa e articulada frente parlamentar do Congresso Nacional. Nesse sentido, este trabalho busca apresentar aspectos iniciais de análise sobre a atuação da burguesia agrária na consolidação econômica e política do agronegócio no Brasil, sobretudo suas ações estratégicas para a manutenção da hegemonia.

Para tanto foi realizado levantamento bibliográfico acerca de categorias principais como questão agrária, agronegócio, burguesia agrária, bem como análise documental da história da Frente Parlamentar da Agropecuária, abarcando seu processo de formação e composição atual.

2. A terra como sinônimo de poder: a consolidação do agronegócio brasileiro

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a partir de Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil, foi possível identificar que mesmo com extensão territorial de 8.514.876 km², apenas 45.944,50 km² correspondem à áreas urbanizadas, contando com mais de 45% da conformação geográfica brasileira como espaços agrários. Está realidade de queda de sua preponderância territorial se dá pelas extensas mudanças nas relações fundiárias, no decurso histórico, apresentando de forma mais latente a “triste marca da sua história a precariedade social das suas populações de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e todos as categorias de povos e comunidades tradicionais brasileiros” (Margutti e Araújo, 2017).

Estas marcas que se apresentam de forma mais tácita na realidade atual, foram construídas mediante o processo histórico de violações de direitos desenvolvidos em um tripé de

sustentação que se fundamenta pela monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava, que gerou como resultado deste processo de “recolonização” e capitalização do campo, intensos processos de luta pela terra, conflitos no campo, êxodo e degradação ambiental.

Isto foi possível graças ao reordenamento econômico, mais potente no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 que, a partir de “[...] restrições de ordem interna e externa, expressas no endividamento e na dependência externa” (FAVARO, 2014, p.133) bem como surgimento e avanço das políticas neoliberais, passou a oferecer condições para dar origem no Brasil ao fenômeno social denominado de agronegócio, que se fundamenta historicamente na face da Questão Agrária.

Este fenômeno supracitado, foi cunhado e difundido nos meios políticos, econômicos e acadêmicos a partir da industrialização da agricultura, que passa a ocorrer no mundo por volta dos anos 1950 - em um contexto de crise de superacumulação do capital - com os investimentos dos bancos para aumento da concentração dos diferentes níveis de relação comercial da produção, foi possível perceber crescimento das empresas agrícolas [...] contribuindo para dominarem o comércio, os insumos, as máquinas agrícolas, os medicamentos, os agrotóxicos, as ferramentas [...] (BARROS, 2014, p. 127-128).

No Brasil, o ingresso do Capital Financeiro nos processos de produção e comercialização agrícola inicia a partir dos anos de 1960 com uma ideia de desenvolvimentismo por meio da industrialização em massa das cadeias produtivas e da internacionalização da produção com a exportação de capitais, que incidiram nos determinantes econômicos, políticos, históricos, sociais e culturais dos povos; e em particular se expressou, também, no agravamento das expressões da questão social no campo, tendo como principal suporte às ações estatais para o crescimento deste fenômeno.

Isto posto, as estratégias como as articulações feitas pelo Estado, entre o Sistema Nacional de Crédito Rural e os Institutos de fomento à funcionalidade do setor agrícola foram imprescindíveis à consolidação do processo de modernização da agricultura e conseqüentemente do surgimento e endossamento do agronegócio, além de usar como base do sistema de produção nacional as experiências de economias centrais do capitalismo mundial.

Como estabelecido em Azevedo (2019) o avanço e consolidação das políticas neoliberais no meio agrário se caracterizam pela concentração dos processos produtivos, pelo domínio das grandes corporações, o direcionamento para o grande estabelecimento agrícola, no favorecimento dos países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, no incentivo à monocultura, além



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da intensificação da especialização da produção, o que acarretou o processo de degradação ambiental e aumento da pobreza no meio agrícola. Ou seja, pode-se presumir que o que lastreia o modelo agrícola neoliberal é o agronegócio.

É por meio destas características que se dimensionam as mudanças das relações sociais e econômicas no campo, ao passo que o processo de expansão do agricultura capitalista e consolidação e monopolização das empresas que arregimentaram este setor, alteram o modo como a terra é vista, bem como esta é apropriada pelo capital e suas formas de uso, inclusive incidindo sobre os meios que permitam a manutenção da propriedade privada e expansão do latifúndio. As propriedades passaram a ser regidas por normas com respaldo mundial para a concentração de capital fundiário, e não necessariamente em razão de sua função social.

Estas normas para intensificação da concentração fundiária, ganham ainda mais força a partir dos acordos celebrados em razão da proteção da propriedade de terra colocando a máquina do Estado a mercê do latifúndio; trabalhando com políticas de coalizão, isenção de taxas e com estratégias de benefício aos grandes proprietários. Esta se consolida como uma estratégia de reprodução do capital consumada na relação estatal-privada a fim de garantir o avanço da economia no campo.

Outrossim, esta relação aparece na proteção velada do Estado ao agronegócio, que em disputa pelas terras improdutivas - destinadas aos programas de reforma agrária - vem aumentando substancialmente os processos de violência e conflitos no campo. Assim, ao comparar a atualidade com o desenvolvimento histórico brasileiro, é possível perceber como o Estado tem sido incentivado, compelido e apressado a formular, fomentar e implementar políticas macroeconômicas que estejam alinhadas aos interesses do agronegócio e promovam sua expansão. Realidade esta que vem sendo efetivada e legitimada mediante o surgimento de representantes de interesses privados e particulares de certos grupos da sociedade, a exemplo da bancada ruralista que constitui 58% da Câmara dos deputados, e tem representação de quase todos os partidos políticos nacionais.

3. A bancada Ruralista e a relação com a máquina pública

O processo de consolidação do agronegócio em solo nacional, bem como a dinâmica empreendida pela revolução verde gerou um momento de dualidade entre as classes aumentando seu distanciamento e antagonismo. Ao passo que o Estado estabelece a destinação de subsídios

à elite rural, posteriormente conhecida como movimento Ruralista³, fortalecendo e acentuando o processo produtivo desta categoria e espalhando suas influências no meio rural nos diversos espaços da sociedade, ao mesmo tempo que gera uma dependência dos pequenos agricultores por pacotes tecnológicos empreendidos pela revolução verde, e no consumo desenfreado e sem controle dos agrotóxicos.

Se, por um lado falamos que este decurso histórico remonta a consolidação do Brasil como Estado-nação, por outro precisamos compreender qual a sua contribuição nos dias atuais para a materialização do processo de internacionalização da economia, ou em outras palavras, como o Estado brasileiro contribuiu e ainda contribui para a reprodução do Modo de Produção Capitalista através da sua principal fonte de arrecadação de capital: a exportação de produtos agrícolas.

Nesse sentido, o Estado desempenha importante papel através de seus órgãos reguladores, articulações políticas, destinações de subsídios, bem como a criação e aplicação de normas específicas capazes de regular o território brasileiro; agindo, segundo Moizés (2021) para mediar as ações dos grupos ruralistas frente as “disputas de forças que ocorrem em sua estrutura interna, ou ainda aquelas que influenciam as ações de forma externa por intermédio de organizações, institutos ou outros aparelhos”.

Assim, foi a partir das articulações e subsídios direcionados ao movimento dos ruralistas, que se tornou possível perceber de forma mais concreta a influência que estes começaram a exercer na política fundiária do Brasil, ao passo que se cria em 1987 a União Democrática Ruralista (UDR) com objetivo de ofertar resistência às propostas da Assembleia Nacional Constituinte que, ligadas à política fundiária, fossem diferentes de seus interesses.

Esta entidade associativa foi criada a partir da mobilização dos grandes proprietários de terras do Brasil, em resposta às reivindicações da classe trabalhadora, sobretudo trabalhadores rurais pela aprovação da reforma agrária e democratização da terra. Ou seja, este grupo nasce com objetivo primeiro de “preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País” (FPA, 2024)⁴ e se desenvolve a partir dele para manutenção da hegemonia destes.

³ Mendonça (1997, p. 10) traz em seu texto o ruralismo como um “movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da elite rural no Brasil – tanto em nível de sociedade civil, quanto em nível de sociedade política”

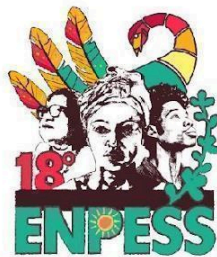
⁴ retirado do site oficial da Frente (<https://fpagropecuaria.org.br/>)

Dessa forma, com o discurso de preservação da propriedade privada e luta pelos interesses da classe hegemônica, o grupo foi ganhando forma e maior legitimidade e, em 2002, se consolidou como Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, passando a ser nominada como Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA) apenas no ano de 2008. Moizés (2021) pontua que, desde o surgimento da Nova República, a bancada ruralista vem atuando na defesa de seus projetos econômicos, ideológicos e classistas. No entanto, a autora pontua que este processo não se deu de forma concisa em toda a história, sendo este processo de atuação e defesa dividido em dois momentos fundamentais: o primeiro momento ocorrido entre os anos de 1986 a 2008; e o segundo momento que figura de 2008 até a atualidade.

O decurso histórico de 1986 a 2008, marca o surgimento e consolidação de um grupo organizado a fim de defender a manutenção de seu status enquanto proprietário rural e hegemonia dominante, para eles “consolidar direitos aos povos camponeses perante o Estado, por exemplo, era visto como sinônimo de insegurança jurídica e de ameaça à hegemonia do controle territorial do campo” (MOIZES, 2021, p.41). Dessa forma, pode-se dizer que este se tornou o maior grupo de atuação contra os direitos da classe trabalhadora, que utilizou este tempo de 22 anos para se solidificar, buscando a ampliação territorial do agronegócio, o efetivo controle territorial do campo e a manutenção da propriedade privada.

Já o segundo momento de atuação, datado a partir de 2008 - ano de consolidação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - vem tendo como principal foco a renovação das pautas frente à conjuntura política de avanço do neoliberalismo, apresentar e abarcar as demandas dos grandes latifundiários, bem como aquisição de mais aliados no âmbito parlamentar, a fim de solidificar e expandir seu lobby.

Para Graciano (2018) a frente tem exercido papel de gerenciador dos interesses majoritários dos ruralistas no Parlamento brasileiro, sendo definida como a mais concisa e articulada frente parlamentar do Congresso Nacional. Sua influência nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo se dão, sobretudo, por ter composição pluripartidária, com representações políticas em todas as regiões brasileiras, e quase 100% dos partidos existentes, facilitando o processo de lobby nas votações de seu interesse. Composta atualmente por um total de 340 parlamentares - em que 290 são deputados e 50 senadores - a FPA consegue demonstrar que a força política do movimento ruralista, a partir das influências na máquina pública, tem sido o sustentáculo da agricultura capitalista e do agronegócio no país.



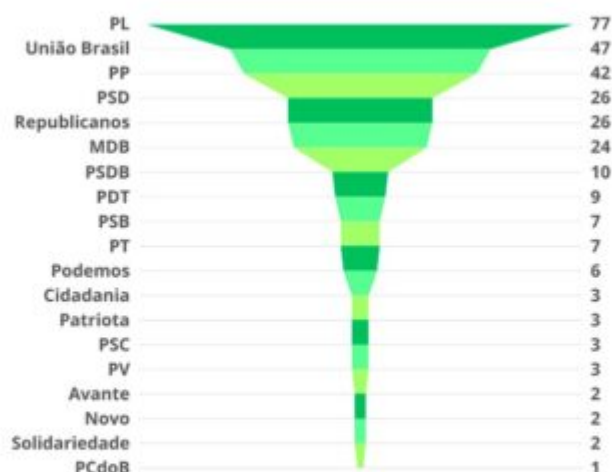
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Outrossim, em pesquisa realizada pelo site “de olho nos ruralistas” foi identificado que, mediante eleições de 2022 em que ingressaram 300 deputados vinculados à Frente, entre todos os partidos políticos que ocupam cadeiras no congresso nacional apenas o PSOL e o REDE não tem representantes pela frente, ou coadunam com seus ideais, demonstrando mais uma vez a possibilidade de influência nas votações e decisões parlamentares.

A FACE PARTIDÁRIA DA BANCADA RURALISTA



TOTAL: 300 DEPUTADOS | PSOL E REDE NÃO TÊM DEPUTADOS NA FPA

ELABORAÇÃO POR: DE OLHO NOS RURALISTAS



**DE OLHO
NOS RURALISTAS**
Observatório de agronegócio no Brasil

No entanto, sua atuação em defesa de ideais dominantes tem se apresentado, sobretudo, na complexidade das relações que permeiam a política e a propriedade da terra, chegando a abarcar aliados que não possuem propriedades rurais (segundo declaração ao TSE) ou ainda, aqueles que não integram a FPA, mas que se alinham às ideias e proposições desta, atuando em defesa dos interesses da agricultura capitalista, sem que isto seja diretamente relacionado a seus próprios interesses, tornando dificultosa a identificação exata dos membros desta bancada.

Outrossim, tem sido caro a este grupo, a busca por tensionar os processos de tomada de decisão política, tentando influenciar a formulação das políticas públicas do país e garantir os interesses da classe hegemônica e manutenção do *status quo*. Karina Kato⁵ identifica como essas

⁵ Karina Kato é professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisadora do Grupo de Estudos em Agronegócio, Mudanças Sociais e Políticas Públicas (GEMAP).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

políticas têm sido votadas no congresso em conformidade com o interesse privado do agronegócio para sustentação do atual modo de produção, como a política de fomento a renegociação de dívidas de grandes produtores, a implementação de políticas de infraestrutura, como o chamado Arco Norte⁶, além da ampliação das políticas agrícolas e fundiárias, que em grande medida tem buscado reduzir a regulação e fiscalização de agrotóxicos. Outrossim, o fato dessa extensiva expansão dos aliados traz realidade como três Estados Brasileiros que tem 100% de seus representantes associados à frente, sendo o Mato Grosso, Rondônia e Amazonas; em que o último tem sofrido severamente com as políticas fundiárias, o genocídio da população originária, e os conflitos no campo - todas pautas de luta da frente em desfavor da classe camponesa.

Frente a esta situação é possível apresentarmos três questões apontadas por Coutinho (1989, p.47) a fim de pensar como se dá esse processo de representatividade por meio de bancadas temáticas no congresso. “Como os interesses são apresentados? De quem são os interesses apresentados? e, qual a justificativa para representar interesses”. É importante frisar que estas bancadas, para além do partido político, advogam por interesses privados de setores específicos da sociedade e tendem a trabalhar em lobby para avanço ou arquivamento de projetos, programas e leis.

De forma mais aprofundada e concreta, podemos evidenciar o trabalho desenvolvido pela Frente, ao exercer papel de defesa dos interesses da elite do agronegócio empreendendo influência nos processos de tomada de decisões do poder legislativo. A respeito disto, pode-se trazer como exemplo a votação da reforma da previdência, em que a FPA constituiu 52% dos votos, a aprovação da CPI do MST como estratégia para criminalizar o movimento, tendo maioria dos votos advindos da Frente, bem como a aprovação do marco temporal no senado em que 81% dos votos se originaram nessa bancada.

Ademais, quando analisado estudo da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) em parceria com a Fundação Friedrich Brasil (FES Brasil), sobre o desenvolvimento do Agronegócio no Brasil e como tem sido a relação entre este setor e os ditos avanços no Estado Brasileiro, em que identifica-se como o Agronegócio não tem influenciado de forma significativa no PIB brasileiro, estando, segundo dados do IBGE, responsável por apenas 5% da riqueza nacional, mesmo que, segundo a Fundação Getúlio Vargas, tenha atingido crescimento de 19% no valor de exportações e 24% das importações, apenas nos primeiros meses do ano de 2022. Quando analisados esses

⁶ O Arco Norte é um arco de corredores logísticos para escoamento de commodities pelo litoral norte do Brasil.

dados, encontramos a soma de um superávit comercial de mais de US\$61,8 bilhões é passível questionar-se para onde tem ido o montante capitalizado por esta área.

Outro fator de questionamento se dá quando é avaliado que este setor não tem garantido produção agrícola suficiente para sanar o problema da fome nacional, mesmo que sua produção e exportação esteja atrás apenas dos Estados Unidos da América, atingindo a colocação de 2º maior exportador de alimentos do globo, e maior exportador de carne bovina, café e cana de açúcar. Fazendo contraponto ao fato de que é o Estado brasileiro a enfrentar imensos custos, ao passo que se constitui como principal responsável pela maior parcela das linhas de créditos voltados à agricultura e à pecuária. Vale ressaltar que essa proporção de investimento é inversamente proporcional quando se trata da agricultura camponesa e familiar no Brasil.

Apresentando como a elite ruralista pode influenciar outras camadas da sociedade, como a imprensa que, por sua vez, influencia na opinião pública, a fim de que a classe trabalhadora também defenda os ideários e manutenção do *status quo*.

Conclusão

A conformação histórica do Brasil enquanto país-nação é marcada por intensos processos que demarcam a questão agrária como uma disputa de forças assimétricas entre as elites agrárias e os camponeses. Neste íterim, a formação nacional, em síntese, foi conduzida desde sua colonização por meio da propriedade rural como campo de disputas de poder, e compõe desde a sua concepção até a cena contemporânea “[...] a produção histórica da questão social no país [...]” (IAMAMOTO, 1989, p.31).

As diversas e constantes tentativas de mercantilização do espaço agrário a partir da dinâmica neoliberal, desnudou a íntima relação do Estado com o agronegócio, por meio de estratégias como a inserção do pacote de revolução verde, o incentivo ao crédito rural, a flexibilização do registro e uso de agrotóxicos no país, flexibilização e/ou extinção de legislações ambientais e trabalhistas, muitas das quais necessita de influência, sobretudo, política para ocorrer.

E esta influência torna-se viável à medida que, a cada nova eleição, um número maior de representantes dos grupos ruralistas no Congresso Nacional tomam posse e filiam-se a ideais comuns, em contraponto às representações camponesas, indígenas e da classe trabalhadora de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

forma geral. No entanto, é imprescindível destacar que o processo de influência se dá para além do lobby realizado no âmbito do legislativo federal, mas sobretudo nele. Para BATISTA (2023)

[...] captura do Estado não se resume ao lobby ruralista dentro do Congresso Nacional, muito menos ao acesso ilimitado ao governo federal e ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) que o Instituto Pensar Agro dispõe. Em suma, a burguesia agrária detém o total controle da sociedade política, isto é, a face repressiva do Estado (os Tribunais, o poder Judiciário, as polícias, etc.), mas também mantém a dominação da sociedade civil e dos aparelhos privados de ideologia (o consenso, os jornais, as redes sociais, as campanhas publicitárias na internet e na rede de canais televisivos, entre tantos outros meios de propagação ideológica) (p.79).

Assim, é possível identificar que a organização da elite agrária, sobretudo no aspecto político a partir da bancada ruralista, se distancia da proposição de legislações, projetos e programas que priorizem a classe trabalhadora, sobretudo os trabalhadores do campo, partindo de estratégias que se vinculam a ideais da hegemonia dominante e manutenção desta. Assim, por visar a reprodução e a acumulação de forma sempre crescente, com a vinculação de estratégias políticas e econômicas, bem como aliados ideológicos, este modelo de produção não permite espaço para a agricultura familiar, nem tampouco, para a concretização de um projeto de reforma agrária popular; sua face mais contundente é exatamente a expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras e vinculá-los às grandes empresas capitalistas rurais, para sua própria manutenção.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mariana Guimarães de. As influências dos modelos de produção agrícola na saúde dos/as trabalhadores/as do campo. 2019. 110f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social. Natal, RN, 2019.

BARCELOS, E. A. da S.; BERRIEL, M. C. Práticas Institucionais e Grupos de Interesse: A geográficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no Parlamento Brasileiro. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.geografia. ffch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/>

BARROS, Ilena Felipe. Nas trilhas do crédito fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco / Ilena Felipe Barros. - Recife: O Autor, 2014. (Tese de doutoramento) Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12034/1/TESE%20Ilena%20Felipe%20Barros.pdf> (acesso em 20 Mar. 2023)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Batista, Ederson Breno da Silva. A atuação da burguesia agrária brasileira e a consolidação do poder político e econômico do agronegócio / Ederson Breno da Silva Batista. - Natal, 2023. 88f.: il.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: DF, Setembro de 1946.

_____. Lei nº4.504/1964. Estatuto da terra. Brasília: DF, Novembro de 1964.

_____. Decreto nº 53.700 de 13 de março de 1964. Brasília: DF, Março de 1964. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-norma-pe.html> (Acessado em 09 de Outubro de 2023)

CRESWELL, J. W. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DELGADO, G. da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: Ícone; Campinas: UNICAMP, 1985

DELGADO, Guilherme Costa. A modernização conservadora da agricultura brasileira (1965 – 1985). In: Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio? Mudanças Cíclicas em meio século (1995-2012). Editora UFRGS. 2012. (cap. 1)

Frente Parlamentar da Agricultura. História da FPA. Disponível em <<https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>> Acesso em 05/10/2023.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GRACIANO, Monyeli Camargo. **Frente parlamentar mista da agropecuária (fpa) e a política fundiária no Brasil**. 2018. Disponível em <https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/2B/8_Monyeli_Graciano.pdf>

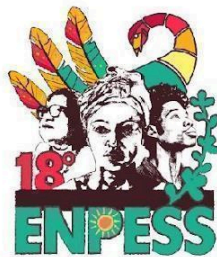
IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistemico-da-producao-agricola.html>> Acesso em 10/10/2023.

IBGE, Coordenação de Geografia. Projeto regiões rurais 2015 : relatório técnico. Rio de Janeiro, 2015. 41f. ISBN: 2409441300. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94413.pdf>

LIMA, M. S.. O Ruralismo enquanto elite política no Brasil: atuação parlamentar e limites à democracia. In: 9º Congresso Latino Americano de Ciência Política, 2017, Montevideo. 9º Congresso Latino Americano de Ciência Política, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p. apud CAPELLE, M.C.; MELO, M.C.O.I.; GONÇALVES, C.A. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais. Rev.. Adm, UFLA, 2003, pgs. 69 – 85.

MOIZÉS , Brenna da Conceição. A bancada ruralista no Congresso Nacional: articulações e ações legislativas que configuram ataques às leis de proteção ambiental. João Pessoa, 2021. UFPB. Monografia.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MONCAU, Gabriela. **"O Agro não é pop"**: estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/20/o-agro-nao-e-pop-estudo-aponta-que-a-fome-e-resultado-do-agronegocio>>

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SIMIONATO, Ivete. COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam? o caso da bancada ruralista. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n.24, p. 215-237, jul/dez.2012

SOUZA, Hugo. **PL compõe 1/4 da bancada ruralista na Câmara, que chega a 300 deputados**.

Site de Olho nos Ruralistas. Disponível em

<[https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/26/pl-compoe-1-4-da-bancada-ruralista-na-camara-que-chega-a-300-deputados/#:~:text=Al%C3%A9m%20dos%20deputados%20Osmar%20Terra,Mario%20\(PL%2DRN\)](https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/26/pl-compoe-1-4-da-bancada-ruralista-na-camara-que-chega-a-300-deputados/#:~:text=Al%C3%A9m%20dos%20deputados%20Osmar%20Terra,Mario%20(PL%2DRN))> acessado em 09/10/2023.